

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 14/POAT/2021

EIXO I - Coordenação, Gestão, Monitorização e Auditoria (FEDER)

Programa UPskill - desenvolvimento do Sistema computacional de apoio ao Programa (SAPU)

PROGRAMA OPERACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 2020

novembro 2021

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente convite enquadra-se no Eixo 1 – Coordenação, Gestão, Monitorização e Auditoria do Programa Operacional Assistência Técnica (POAT 2020).

O POAT 2014-2020 tem como objetivo assegurar as condições necessárias para o funcionamento dos sistemas e estruturas associadas à coordenação e monitorização estratégica do Portugal 2020, estudos e avaliação, incluindo a criação e funcionamento de mecanismos que permitam a articulação entre as políticas públicas nacionais e as operações apoiadas pelos programas operacionais ou que produzam informação relevante para apoio à decisão no âmbito do desenvolvimento das regiões.

2. OPERAÇÕES

O Programa do XXII Governo assume como desafio estratégico: ‘Sociedade Digital, da Criatividade e da Inovação - O futuro agora: construir uma sociedade digital’.

Neste âmbito foi estabelecido o Programa UPSkill - Digital Skills & Jobs, através de um Acordo de Cooperação entre o IEFP - Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., o CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e a APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, a que mais tarde se juntou o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Ficou assim formalizada a conjugação de esforços envolvendo o tecido empresarial, através da APDC; as Instituições de Ensino Superior, como polos formativos por excelência; e o IEFP, enquanto entidade que tem por missão promover a formação profissional e a criação e a qualidade do emprego em Portugal.

O Programa UPSkill sendo na sua essência um programa de requalificação, tem uma importante característica distintiva, inicia-se com um diagnóstico, junto das empresas, sobre as áreas tecnológicas, relativamente às quais, as empresas necessitam reforçar as suas equipas profissionais. Constitui-se assim, neste campo, como um excelente instrumento para diagnóstico das áreas de formação, com clara relevância no desenvolvimento dos projetos empresariais.

Por outro lado, o Programa desafia a sociedade a requalificar-se e também aí, recolhe uma informação importante, pois não só identifica potenciais candidatos a requalificação, como, junto deles, também recolhe preciosa informação sobre quais as áreas tecnológicas que consideram mais relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e inserção no mercado de trabalho.

O Programa UPskill traduz efetivamente uma ideia inovadora, que conjuga várias vontades, cria talento à medida das Empresas e contribui para o talento qualificado no mercado nacional. Mas é também uma iniciativa complexa, do ponto de vista da sua implementação.

Importa assim assegurar os necessários recursos financeiros para dar suporte do Programa, nomeadamente, ao nível do financiamento da sua componente operacional, que inclui o **desenvolvimento do Sistema computacional de apoio ao Programa (SAPU), bem como, do financiamento da componente de comunicação e divulgação deste Sistema junto do tecido empresarial e demais stakeholders.**

Assim, o presente convite destina-se à elaboração de um estudo e outras ferramentas que possibilitem:

- aferir as necessidades de contratação de recursos na área das tecnologias digitais, por tecnologia, bem como, por localização geográfica;
- permitir comparar estas necessidades com a capacidade formativa instalada ou em falta;
- analisar as ofertas de emprego que se concretizam após o processo de requalificação profissional e fazer análises posteriores de empregabilidade na área das tecnologias digitais.

3.BENEFICIÁRIOS

No âmbito do presente Aviso e conforme definido no texto do Programa Operacional, tendo por base a indicação da entidade de coordenação dos FEEI, o presente convite para apresentação de candidatura é destinado à **APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações**, enquanto entidade que de acordo com os protocolos assinados com o IEFP, o Conselho de Coordenação dos Institutos Superiores Politécnicos, o ISCTE e a Estrutura de Missão Portugal Digital tem como objetivos a coordenação e operacionalização das ações, medidas e iniciativas previstas no Plano de Ação para a Transição Digital, desenhado para ser o motor de transformação do país, através da capacitação digital das Pessoas, da transformação digital das Empresas e da digitalização do Estado e que tem como propósito acelerar Portugal, sem deixar ninguém para trás, e projetar o país no mundo.

4. Áreas/Tipologias de intervenção do POAT

As operações a apoiar no âmbito do presente convite são enquadráveis na área/tipologia de intervenção:

- Garantir o funcionamento eficiente dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação / estudos e avaliações.

5. CANDIDATURAS

O beneficiário apenas pode apresentar uma candidatura ao abrigo do presente convite.

6.DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE CO FINANCIAMENTO

6.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de despesa pública a alocar ao presente aviso é de 314.500,00€, correspondente a uma dotação FEDER de 251.600,00€.

6.2. A taxa de cofinanciamento máxima a aplicar é de 80%.

7. AÇÕES ELEGÍVEIS

No âmbito da área/tipologia de intervenção definida no ponto 4, são elegíveis as seguintes ações:

- Elaboração de documentos técnicos e desenvolvimento de eventos técnico-científicos públicos contribuam fundamentalmente para consolidar aprendizagens e suportar os novos instrumentos de financiamento tendo em vista a aplicação dos fundos europeus no período 2021-2027.
- Desenvolvimento de plataforma que relacione a procura e oferta em competências digitais;
- Ações de disseminação do projeto.

8. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Portugal

9. FORMA DE APOIO

A forma do apoio a conceder à candidatura a aprovar no âmbito do presente convite reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

10. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DA OPERAÇÃO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

10.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário terá que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

10.2. Elegibilidade da operação

A operação candidata, no âmbito do presente convite, tem que:

- a) Enquadrar-se na área/tipologia de intervenção prevista no ponto 4 do presente aviso.
- b) Visar a prossecução do objetivo específico 1.1. - Garantir o funcionamento eficiente dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação, previstos no Eixo prioritário 1 do POAT.
- c) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- d) Dispor de toda a informação exigida para a instrução da candidatura.

10.3. Elegibilidade das despesas

São elegíveis as despesas incorridas pelo beneficiário desde a data de abertura do presente convite, quando realizadas para prossecução dos objetivos associados às tipologias de intervenção e ações elegíveis previstas no presente anúncio, nomeadamente as seguintes:

- a) Consultoria técnica;
- b) Recursos humanos da entidade, desde que comprovadamente afetos ao projeto;
- c) Promoção e organização de seminários, colóquios e conferências;
- d) Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução das operações poderão ser considerados elegíveis, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelos beneficiários e aprovados pela Autoridade de Gestão.

10.4. Despesas não elegíveis

Não são consideradas elegíveis as despesas previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, nem quaisquer outras para além das previstas no ponto anterior.

11. Duração máxima das operações a apoiar

A candidatura apresentada no âmbito deste concurso tem a duração máxima de 12 meses, não podendo terminar em data posterior a 31/12/2023.

12. PAGAMENTOS

No âmbito do presente Aviso os pagamentos são efetuados de acordo com o regime previsto nos artigos 71.º do Decreto-Lei n.º 127/2014, de 12 de setembro, e 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto e 10-L/2020 de 26 março, na parte referente ao FEDER.

De acordo com o disposto de forma conjugada na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º, no n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto e 10-L/2020 de 26 março, e no artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, no âmbito do presente convite, são definidas as seguintes regras específicas e complementares no que se refere aos pagamentos:

- a) Pagamentos a título de adiantamento, desde que solicitados de forma expressa pela entidade beneficiária, não ultrapassando, em cada momento, 30% do financiamento aprovado na respetiva operação, apenas sendo possível o pagamento de novo adiantamento após regularização do anterior.
- b) A modalidade de adiantamento contra fatura prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro é cumulável com o adiantamento específico referido na alínea a) não podendo no seu conjunto ultrapassar 35% do financiamento aprovado.
- c) Conforme disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na modalidade de adiantamento previsto na alínea anterior, o beneficiário fica obrigado a apresentar os documentos comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento, no prazo de 30 dias úteis a contar da data do pagamento do adiantamento ao beneficiário.
- d) O adiantamento previsto na alínea a) deve ser regularizado até à apresentação do pedido de saldo ou em momento anterior de acordo com prazo a fixar no contrato de financiamento.

13. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia 15 de novembro de 2021 e as 18:00 horas do dia 30 de novembro de 2021.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas deverão ser submetidas através de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), e instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e nos termos definidos no presente aviso. O beneficiário deverá obter previamente o seu registo e autenticação junto do Balcão do Portugal 2020.

14.1. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá ainda incluir os documentos seguidamente indicados:

14.1.1. Documentos Relativos ao Beneficiário:

- a) Declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- b) Declaração relativa ao enquadramento da entidade no regime de IVA.

14.1.2. Documentos Relativos à Operação:

Memória descritiva da operação, que inclua os seguintes aspetos:

- a) Descrição e caracterização das intervenções/ações a realizar no âmbito da operação, evidenciando o seu enquadramento na tipologia de intervenção prevista no ponto 4 do presente aviso;
- b) Descrição e justificação dos objetivos a atingir com a operação candidata, que concorrem para a prossecução do objetivo específico 1.1. do POAT em que se enquadra o presente aviso;
- c) Justificação da necessidade e da oportunidade de realização das ações previstas na operação;
- d) Caracterização técnica e uma fundamentação dos recursos financeiros e do calendário de realização física e financeira das intervenções previstas na operação;
- e) Indicação dos cronogramas de execução física e financeira da operação;
- f) Identificação das fontes de financiamento previstas para a contrapartida nacional necessária à realização da operação;
- g) Indicadores a afetar no âmbito da presente operação.

15. PROCESSO DE DECISÃO

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela Autoridade de Gestão, em conformidade com o texto do Programa;
- ii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POAT 2020;
- iii) Decisão sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

16. METODOLOGIA DE SELEÇÃO

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de números inteiros de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração elevada, 3 uma valoração média e 1 uma valoração reduzida. Para o efeito aplica-se a cada critério de seleção a ponderação constante do quadro infra.

A classificação final será estabelecida com 2 casas decimais, não sendo elegíveis as operações com uma média ponderada inferior a 3 pontos.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

A seleção dos apoios a conceder tem por base os critérios de seleção aprovados no Comité de Acompanhamento do POAT, consubstanciados nos subcritérios e respetiva ponderação constante na grelha de avaliação (Anexo I).

18. INDICADORES DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

As operações desenvolvidas pelas entidades beneficiárias contribuem, nomeadamente, para os seguintes indicadores:

- Número de estudos produzidos. (n.º)
- Ações de divulgação (n.º)

Neste quadro a quantificação dos indicadores será efetuada em sede de candidatura sendo objeto de contratualização.

19. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POAT 2020.

20. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Autoridade de Gestão do POAT pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos adicionais, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de dez dias úteis, contados a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos pelo beneficiário, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

21. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO BENEFICIÁRIO

A decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 30 dias úteis a contar da data da apresentação da candidatura, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

O prazo referido suspende-se por período a definir pela Autoridade de Gestão, que não pode ser superior a 10 dias, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez.

22. CONTACTO

Programa Operacional de Assistência Técnica - POAT 2020

Av. 5 de outubro, n.º 153 – 9.º andar

1050-053 Lisboa

Telefone: 21 8801158 / 21 8814000

E-mail: poat.geral@adcoesao.pt

O Presidente da Comissão Diretiva do PO Assistência Técnica 2020	Nuno Oliveira Santos
---	----------------------

ANEXO I - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS - ESTUDOS E AVALIAÇÃO

CrITÉrios de Seleção	Tipo CritÉrio	Valoração	Ponderadores
Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário: a) Adequação da operação aos objectivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário; b) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário.	comum	5 - Elevada 3 - Média 1- Reduzida	25%
Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos: a) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das atividades de gestão; b) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão;	comum		20%
Qualidade Técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade: a) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta; b) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta; c) Razoabilidade dos recursos mobilizados para a execução da operação.	comum		40%
Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados: a) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares; b) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.	Específico		15%